

DIOGO REZENDE DE ALMEIDA

RECURSOS CÍVEIS

2019

SUMÁRIO

1. Introdução	19
2. Teoria Geral dos Recursos.....	37
2.1. Conceito e natureza jurídica.....	37
2.2. Sistema dos meios de impugnação das decisões judiciais	40
2.3. Classificação dos recursos	44
2.4. Princípios	48
2.4.1. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	48
2.4.2. Princípio da unirrecorribilidade, unicidade ou singularidade	55
2.4.3. Princípio da taxatividade.....	59
2.4.4. Princípio da fungibilidade	62
2.4.5. Princípio da voluntariedade.....	66
2.4.6. Princípio da vedação à <i>reformatio in pejus</i>	67
2.4.7. Princípio da primazia do julgamento de mérito.....	71
2.4.8. Princípio da dialeticidade	73
2.4.9. Princípio da colegialidade	76
2.5. Juízo de admissibilidade recursal	80
2.5.1. Cabimento	83
2.5.2. Legitimidade.....	84
2.5.2.1. Legitimidade das partes e do <i>amicus curiae</i>	84
2.5.2.2. Legitimidade do juiz e de auxiliares da justiça.....	86
2.5.2.3. Legitimidade de terceiros.....	87
2.5.2.4. Legitimidade do Ministério Público.....	92
2.5.3. Interesse recursal.....	93
2.5.4. Pressupostos negativos: inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer	99
2.5.4.1. Renúncia.....	99
2.5.4.2. Aquiescência à decisão.....	103

2.5.4.3.	Desistência do recurso	104
2.5.5.	Regularidade formal.....	105
2.5.6.	Tempestividade.....	107
2.5.7.	Preparo.....	114
2.5.8.	Natureza do juízo de admissibilidade	118
2.6.	Efeitos dos recursos	120
2.6.1.	Efeito devolutivo.....	121
2.6.1.1.	Inovação fática e probatória em grau recursal	125
2.6.1.2.	Teoria da causa madura.....	127
2.6.1.3.	Efeito translativo.....	131
2.6.2.	Efeito suspensivo	134
2.6.3.	Efeito obstativo.....	142
2.6.4.	Extensão subjetiva de efeitos.....	142
2.6.5.	Efeito substitutivo	144
2.6.6.	Efeito de retratação.....	145
2.7.	Recurso adesivo	146
2.8.	Remessa necessária.....	152
2.8.1.	Generalidades	152
2.8.2.	Conceito e natureza jurídica	154
2.8.3.	Hipóteses de cabimento	156
2.8.4.	Procedimento.....	158
2.8.5.	Efeitos.....	161
3.	Do procedimento perante o tribunal.....	163
3.1.	Do protocolo, do registro e da distribuição.....	164
3.2.	Das funções do relator	170
3.2.1.	Atos praticados prioritariamente por decisão unipessoal do relator	170
3.2.2.	Incumbências do relator compartilhadas com o órgão colegiado	175
3.3.	Procedimento	178
3.3.1.	Sustentação oral.....	182
3.3.2.	Técnica de ampliação da turma julgadora em caso de decisões não unânimes	185
3.4.	Honorários de sucumbência recursal.....	191
4.	Recursos em espécie.....	197
4.1.	Apelação	197

4.1.1.	Conceito	197
4.1.2.	Cabimento	198
4.1.3.	Demais requisitos de admissibilidade	207
4.1.4.	Procedimento.....	208
4.1.5.	Efeitos.....	210
4.2.	Agravo de instrumento.....	212
4.2.1.	Conceito	212
4.2.2.	Cabimento	216
4.2.2.1.	Decisão sobre tutela provisória.....	217
4.2.2.2.	Decisão de mérito	218
4.2.2.3.	Decisão que rejeita alegação de convenção de arbitragem.....	219
4.2.2.4.	Decisão que versa sobre incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	221
4.2.2.5.	Decisão que rejeita pedido de gratuidade de justiça ou acolhe pedido de sua revogação	222
4.2.2.6.	Decisão que versa sobre exibição ou posse de documento ou coisa	224
4.2.2.7.	Decisão que versa sobre exclusão de litisconsorte	225
4.2.2.8.	Decisão de rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio	226
4.2.2.9.	Decisão de admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros.....	227
4.2.2.10.	Decisão de concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução...	228
4.2.2.11.	Decisão sobre redistribuição do ônus da prova....	229
4.2.2.12.	Outras hipóteses de cabimento previstas em lei.	231
4.2.2.13.	Cabimento do agravo de instrumento pela incompatibilidade procedimental da impugnação em apelação.....	233
4.2.2.14.	A questão da preclusão.	236
4.2.2.15.	O julgamento antecipado parcial de mérito e as decisões interlocutórias anteriores não agraváveis...	239
4.2.3.	Demais requisitos de admissibilidade	241
4.2.3.1.	Regularidade formal: a formação do instrumento	241
4.2.3.2.	A comunicação da interposição do agravo de instrumento perante o juízo de primeira instância...	244
4.2.3.3.	Tempestividade e preparo.....	246
4.2.4.	Procedimento.....	248

4.2.5.	Efeitos.....	251
4.3.	Embargos de declaração.....	253
4.3.1.	Conceito	253
4.3.2.	Cabimento	254
4.3.2.1.	Erro material.....	255
4.3.2.2.	Obscuridade	256
4.3.2.3.	Contradição	257
4.3.2.4.	Omissão.....	258
4.3.2.4.1.	Decisão motivada sobre pedidos e requerimentos.....	259
4.3.2.4.2.	Valoração da prova.....	262
4.3.2.4.3.	Exame das questões apreciáveis de ofício.....	263
4.3.2.4.4.	Exame para fins de prequestionamento	264
4.3.3.	Demais requisitos de admissibilidade	265
4.3.4.	Procedimento.....	265
4.3.5.	Efeitos.....	268
4.3.5.1.	Efeito devolutivo.....	268
4.3.5.2.	Efeito suspensivo.....	269
4.3.5.3.	Efeito interruptivo.....	270
4.3.5.4.	Efeito modificativo	273
4.3.6.	Natureza da decisão que julga os embargos de declaração	275
4.3.7.	Embargos de declaração protelatórios.....	275
4.4.	Agravo Interno	279
4.4.1.	Cabimento	280
4.4.2.	Demais requisitos de admissibilidade	283
4.4.3.	Procedimento.....	284
4.4.3.1.	Imposição de multa.....	288
4.4.3.2.	Fungibilidade entre embargos de declaração e agravo interno	289
4.4.4.	Efeitos.....	289
4.5.	Recurso Ordinário.....	290
4.5.1.	Cabimento	291
4.5.2.	Demais requisitos de admissibilidade	294
4.5.3.	Procedimento.....	294
4.5.4.	Efeitos.....	295
4.6.	Recurso Extraordinário e Recurso Especial	296
4.6.1.	Conceito	296

4.6.2.	Requisitos de admissibilidade dos recursos extraordinário e especial.....	299
4.6.2.1.	O conceito de causa	299
4.6.2.2.	Questões de fato e de direito: limitação cognitiva nos recursos extraordinários.....	301
4.6.2.3.	Recursos extraordinários e interpretação contratual	306
4.6.2.4.	“Causas decididas”: o prequestionamento.....	308
4.6.2.5.	Exaurimento das instâncias ordinárias.....	313
4.6.2.6.	Demais requisitos comuns de admissibilidade.....	315
4.6.3.	Efeitos dos recursos extraordinário e especial.....	316
4.6.3.1.	Efeito Suspensivo.....	316
4.6.3.2.	Efeito Devolutivo	317
4.6.4.	Requisitos específicos de admissibilidade do Recurso Especial	319
4.6.4.1.	Cabimento do Recurso Especial	320
4.6.4.1.1.	Alínea <i>a</i> : “contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência”	320
4.6.4.1.2.	Alínea <i>b</i> : “julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal”	322
4.6.4.1.3.	Alínea <i>c</i> : “dar a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal”	323
4.6.4.2.	Decisões emanadas de tribunais.....	325
4.6.5.	Requisitos específicos de admissibilidade do Recurso Extraordinário.....	328
4.6.5.1.	Cabimento do Recurso Extraordinário.....	329
4.6.5.1.1.	Alínea <i>a</i> : “contrariar dispositivo desta Constituição”	329
4.6.5.1.2.	Alínea <i>b</i> : “declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal”	330
4.6.5.1.3.	Alínea <i>c</i> : “julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição”.	332
4.6.5.1.4.	Alínea <i>d</i> : “julgar válida lei local contestada em face de lei federal”	333
4.6.5.2.	Repercussão Geral.....	333
4.6.6.	Procedimento.....	341
4.6.6.1.	Interposição simultânea dos recursos especial e extraordinário	343
4.6.6.2.	Recursos especial e extraordinário e o princípio da fungibilidade	344

4.6.7.	Exame da admissibilidade dos recursos especial e extraordinário pelo tribunal local e formas de impugnação	347
4.6.7.1.	Possíveis decisões do presidente ou vice-presidente do tribunal quando do recebimento do recurso: art. 1.030 do CPC	347
4.6.7.2.	Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário.....	349
4.6.7.3.	Agravo interno	352
4.6.7.4.	Requerimento de processamento de recurso sobrestado.....	355
4.6.8.	Julgamento de recursos especial e extraordinário repetitivos	356
4.6.8.1.	Afetação e suspensão.....	358
4.6.8.2.	Participação dos interessados: contraditório mínimo para legitimidade da aplicação da decisão.....	360
4.6.8.3.	Julgamento e eficácia da decisão.....	365
4.7.	Embargos de divergência	369
4.7.1.	Cabimento	372
4.7.2.	Demais requisitos de admissibilidade	375
4.7.3.	Procedimento.....	377
4.7.4.	Efeitos.....	378
4.7.4.1.	Efeito devolutivo e eficácia <i>ultra partes</i>	378
4.7.4.2.	Efeito suspensivo.....	380
4.7.4.3.	Efeito interruptivo.....	381
Referências bibliográficas.....		383